

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	14
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	15
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	19
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	26
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	71
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	75
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	77

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.496.432
Preferenciais	108.862.625
Total	218.359.057
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	4.312.461
Total	4.312.461

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2019	Juros sobre Capital Próprio	17/07/2019	Ordinária		0,05590
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2019	Juros sobre Capital Próprio	17/07/2019	Preferencial		0,05590
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2019	Juros sobre Capital Próprio	14/01/2020	Ordinária		0,04910
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2019	Juros sobre Capital Próprio	14/01/2020	Preferencial		0,04910

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	36.253.334	32.724.314	28.760.537
1.01	Ativo Circulante	24.353.227	24.807.633	22.524.244
1.01.01	Disponibilidades	297.187	29.378	18.176
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.316.341	7.522.655	6.762.989
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	4.271.060	5.817.015	4.713.838
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	662.666	981.720	1.481.125
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	382.615	723.920	568.026
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.557.338	5.276.093	5.776.149
1.01.03.01	Carteira própria	2.590.705	4.617.117	5.193.047
1.01.03.02	Vinculados a compromisso de recompra	183.545	84.072	90.742
1.01.03.03	Vinculados a prestação de garantias	171.873	271.963	264.903
1.01.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	611.215	302.941	227.457
1.01.04	Relações Interfinanceiras	66.011	0	0
1.01.04.02	Repasse interfinanceiros	65.332	0	0
1.01.04.03	Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	679	0	0
1.01.06	Operações de Crédito	7.469.879	7.152.926	6.399.464
1.01.06.01	Setor público	29.191	82.450	82.364
1.01.06.02	Setor privado	7.594.935	7.209.948	6.525.513
1.01.06.04	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-154.247	-139.472	-208.413
1.01.08	Outros Créditos	7.389.886	4.530.000	3.212.440
1.01.08.01	Carteira de câmbio	4.306.279	3.188.369	2.001.490
1.01.08.02	Rendas a receber	20.713	23.800	14.299
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	253.760	276.228	89.553
1.01.08.04	Creditos por avais e fianças honrados	150.467	94.330	613
1.01.08.05	Diversos	2.799.579	1.078.831	1.190.107
1.01.08.06	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-140.912	-131.558	-83.622
1.01.09	Outros Valores e Bens	256.585	296.581	355.026
1.01.09.01	Despesas antecipadas	8.208	7.695	6.039

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.01.09.02	Outros valores e bens	248.377	288.886	348.987
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.619.212	7.663.339	5.990.881
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.813	0	0
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.813	0	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	5.201.951	3.349.445	1.730.531
1.02.02.01	Carteira própria	3.781.273	1.479.673	966.482
1.02.02.02	Vinculados a compromisso de recompra	400.746	357.499	165.379
1.02.02.03	Vinculados a prestação de garantias	581.586	706.864	584.432
1.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	438.346	805.409	14.238
1.02.05	Operações de Crédito	5.810.616	4.030.239	4.072.074
1.02.05.01	Setor público	11.457	26.276	0
1.02.05.02	Setor privado	5.900.602	4.092.111	4.171.757
1.02.05.04	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-101.443	-88.148	-99.683
1.02.07	Outros Créditos	595.571	281.299	186.616
1.02.07.01	Carteira de câmbio	73.875	3.056	0
1.02.07.02	Rendas a receber	5.343	3.280	5.662
1.02.07.04	Diversos	547.844	295.142	184.164
1.02.07.05	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-31.491	-20.179	-3.210
1.02.08	Outros Valores e Bens	1.261	2.356	1.660
1.02.08.01	Despesas antecipadas	1.261	2.356	1.660
1.03	Ativo Permanente	280.895	253.342	245.412
1.03.01	Investimentos	211.896	204.460	196.837
1.03.01.02	Participações em Controladas	210.517	203.409	196.223
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.379	1.051	614
1.03.02	Imobilizado de Uso	25.660	23.793	27.025
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	61.650	54.284	52.076
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-35.990	-30.491	-25.051
1.03.04	Intangível	43.339	25.089	21.550

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.03.04.01	Ativos intangíveis	84.780	58.491	48.416
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	-41.441	-33.402	-26.866

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	36.253.334	32.724.314	28.760.537
2.01	Passivo Circulante	23.956.633	20.617.360	19.085.375
2.01.01	Depósitos	5.209.782	5.874.213	5.831.360
2.01.01.01	Depósitos a vista	232.719	249.972	40.015
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros	302.480	723.532	681.429
2.01.01.03	Depósitos a prazo	4.674.583	4.900.709	5.109.916
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.092.483	717.527	1.432.166
2.01.02.01	Carteira própria	582.863	438.858	259.112
2.01.02.02	Carteira de terceiros	0	0	700.084
2.01.02.03	Carteira de livre movimentação	509.620	278.669	472.970
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.690.917	4.771.145	4.407.245
2.01.03.02	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	4.667.785	4.741.906	4.397.501
2.01.03.03	Certificados de operações estruturadas	23.132	29.239	9.744
2.01.05	Relações Interdependências	47.732	28.235	28.447
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	47.732	28.235	28.447
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	6.086.678	4.377.368	3.120.169
2.01.06.02	Empréstimos no exterior	6.086.678	4.377.368	3.120.169
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	508.352	598.146	772.371
2.01.07.01	BNDES	70.662	178.893	395.093
2.01.07.02	FINAME	125.968	140.721	172.095
2.01.07.03	Outras instituições	311.722	278.532	205.183
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	1.099.105	833.485	1.227.969
2.01.09	Outras Obrigações	5.221.584	3.417.241	2.265.648
2.01.09.01	Carteira de câmbio	3.589.409	2.603.292	1.585.177
2.01.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	401.486	313.289	183.696
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	90.734	96.526	88.421
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	251.267	96.871	233.400
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	87.078	149.707	38.778

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.09.06	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4.181	1.694	1.900
2.01.09.07	Dívidas subordinadas	664.702	11.845	3.894
2.01.09.08	Diversas	132.727	144.017	130.382
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	8.233.241	8.410.529	6.358.195
2.02.01	Depósitos	484.092	317.769	218.981
2.02.01.01	Depósitos a prazo	484.092	317.769	218.981
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.814.728	4.259.039	3.589.488
2.02.03.01	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	4.806.711	4.236.593	3.589.488
2.02.03.03	Certificados de operações estruturadas	8.017	22.446	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	41.790	310.983	165.459
2.02.06.01	Empréstimos no exterior	41.790	310.983	165.459
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	659.080	708.187	818.963
2.02.07.01	BNDES	300.619	301.906	426.931
2.02.07.02	FINAME	337.351	352.578	376.974
2.02.07.03	Outras instituições	21.110	53.703	15.058
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	51.664	291.350	287.508
2.02.09	Outras Obrigações	2.181.887	2.523.201	1.277.796
2.02.09.01	Carteira de câmbio	69.949	2.841	0
2.02.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	360.138	658.520	44.226
2.02.09.03	Sociais e estatutárias	315	315	315
2.02.09.04	Fiscais e previdenciárias	1.120	42.090	40.116
2.02.09.05	Dívidas subordinadas	1.708.194	1.798.937	1.172.239
2.02.09.06	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	21.944	0	0
2.02.09.07	Diversas	20.227	20.498	20.900
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	22.727	30.915	32.635
2.05	Patrimônio Líquido	4.040.733	3.665.510	3.284.332
2.05.01	Capital Social Realizado	2.565.892	2.470.313	2.291.065
2.05.01.01	De domiciliados no País	590.397	411.103	380.980

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	1.975.495	2.059.210	1.910.085
2.05.02	Reservas de Capital	45.651	45.466	35.196
2.05.04	Reservas de Lucro	1.421.221	1.159.446	960.581
2.05.04.01	Legal	210.793	184.373	163.469
2.05.04.02	Estatutária	1.287.363	1.010.642	833.907
2.05.04.02.01	Equalização de dividendos	1.232.363	955.642	778.907
2.05.04.02.02	Recompra de ações da própria cia	55.000	55.000	55.000
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-76.935	-35.569	-36.795
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-76.935	-35.569	-36.795
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	7.969	-9.715	-2.510

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.657.067	3.241.782	2.500.739
3.01.01	Operações de crédito	1.379.936	1.513.797	1.354.219
3.01.02	Resultado de oper. c/ tits. e vls. mob.	1.195.649	1.523.898	1.221.267
3.01.03	Resultado c/ instr. financ. derivativos	87.752	62.125	-140.544
3.01.04	Resultado de oper. de câmbio	-6.270	141.962	65.774
3.01.06	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	0	0	23
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.935.011	-2.739.187	-1.860.979
3.02.01	Operações de captação no mercado	-1.087.400	-1.245.987	-1.322.039
3.02.02	Operações de emprest. e repasses	-766.914	-1.374.978	-371.194
3.02.03	Prov p/ cred liq duvidosa	-80.637	-116.477	-163.793
3.02.04	Prov p/ cred liq duvidosa vc sobre cambio	-60	-1.734	-283
3.02.05	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	0	-11	-3.670
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	722.056	502.595	639.760
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-87.568	-22.742	-46.723
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	348.713	355.249	306.906
3.04.02	Despesas de Pessoal	-231.662	-210.716	-201.867
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-152.763	-115.716	-106.325
3.04.04	Despesas Tributárias	-67.529	-64.123	-70.570
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	12.421	11.238	29.897
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-3.856	-5.860	-16.250
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	7.108	7.186	11.486
3.05	Resultado Operacional	634.488	479.853	593.037
3.06	Resultado Não Operacional	-2.354	-21.411	-36.896
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	632.134	458.442	556.141
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	40.776	102.870	-12.509
3.08.01	Provisão p/ imposto de renda	-2.268	49.761	36.554
3.08.02	Provisão p/ contribuição social	-45.616	12.224	7.807
3.08.03	Ativo fiscal diferido	88.660	40.885	-56.870

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-144.511	-143.226	-124.899
3.10.01	Participações	-144.511	-143.226	-124.899
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	528.399	418.086	418.733
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,46862	2,00407	2,16527

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	528.399	418.086	418.733
4.02	Outros Resultados Abrangentes	17.684	-7.205	-2.752
4.03	Resultado Abrangente do Período	546.083	410.881	415.981

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-673.688	636.442	-670.409
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	627.004	553.815	604.679
6.01.01.01	Lucro Líquido	528.399	418.086	418.733
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	14.211	12.181	11.008
6.01.01.03	Resultado de participações em controladas	-7.108	-7.186	-11.486
6.01.01.04	Resultado na alienação de bens não de uso	7.254	6.315	25.808
6.01.01.05	Provisão para desvalorização de bens não de uso	-4.654	16.682	12.121
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80.697	118.211	164.076
6.01.01.07	Provisão para passivos contingentes	-9.233	-3.184	-12.821
6.01.01.09	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	17.684	-7.205	-2.752
6.01.01.10	Resultado na alienação de imobilizado de uso e intangível	-246	-85	-8
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.300.692	82.627	-1.275.088
6.01.02.01	Aplicações interfinanc. de liquidez	1.656.775	470.414	-2.326.225
6.01.02.02	TVM e instr. financ. deriv-ativo/passivo	-343.936	-374.971	-665.647
6.01.02.03	Operações de créditos	-2.178.027	-829.838	-483.145
6.01.02.04	Outros créditos e valores e bens	-3.180.593	-1.390.225	-1.579.401
6.01.02.05	Relações interfinanceiras-ativo/passivo	-66.011	0	1.388
6.01.02.06	Relações interdependências	19.497	-212	16.684
6.01.02.07	Outras obrigações	1.120.332	1.021.646	1.247.670
6.01.02.08	Depósitos	-498.108	141.641	709.986
6.01.02.09	Captações no mercado aberto	374.956	-714.639	1.426.367
6.01.02.10	Obrigações p/ emprést. e repasses	1.327.150	727.080	-1.460.217
6.01.02.11	Recursos de aceites e emissão de tít.	475.461	1.033.451	1.838.891
6.01.02.12	Resultados de exercícios futuros	-8.188	-1.720	-1.439
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.701	10.164	-244.880
6.02.01	Alienação de bens não de uso próprio	82.314	76.650	54.170
6.02.02	Alienação de investimentos	-328	-437	0
6.02.03	Alienação de imobilizado de uso e intangível	3.210	132	294

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.04	Aquisição de bens não de uso próprio	-37.142	-63.831	-289.279
6.02.06	Aquisição de imobilizado de uso e intangível	-37.538	-12.620	-12.839
6.02.10	Constituição de reserva - Remuneração da administração	185	10.270	2.774
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	391.070	594.676	-416.234
6.03.01	Dívidas subordinadas	562.115	634.649	-388.593
6.03.02	Ações em tesouraria	-41.366	1.226	9.255
6.03.03	Juros s/ o capital próprio	-225.258	-220.447	-206.196
6.03.04	Aumento de capital	95.579	179.248	169.300
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-271.917	1.241.282	-1.331.523
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.278.928	3.037.646	4.369.169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.007.011	4.278.928	3.037.646

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.470.313	45.466	0	1.159.446	0	-9.715	3.665.510
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.470.313	45.466	0	1.159.446	0	-9.715	3.665.510
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	528.399	0	528.399
5.05	Destinações	0	0	0	0	-225.258	0	-225.258
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-225.258	0	-225.258
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	17.684	17.684
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	17.684	17.684
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	95.579	0	0	0	0	0	95.579
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	185	0	303.141	-303.141	0	185
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	185	0	0	0	0	185
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	26.420	-26.420	0	0
5.09.03	Constituição de reserva - Equalização de dividendos	0	0	0	276.721	-276.721	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-41.366	0	0	-41.366
5.13	Saldo Final	2.565.892	45.651	0	1.421.221	0	7.969	4.040.733

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.291.065	35.196	0	960.581	0	-2.510	3.284.332
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.291.065	35.196	0	960.581	0	-2.510	3.284.332
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	418.086	0	418.086
5.05	Destinações	0	0	0	0	-220.447	0	-220.447
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-220.447	0	-220.447
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-7.205	-7.205
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-7.205	-7.205
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	179.248	0	0	0	0	0	179.248
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	10.270	0	197.639	-197.639	0	10.270
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	10.270	0	0	0	0	10.270
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	20.904	-20.904	0	0
5.09.03	Constituição de reserva - Equalização de dividendos	0	0	0	176.735	-176.735	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	1.226	0	0	1.226
5.13	Saldo Final	2.470.313	45.466	0	1.159.446	0	-9.715	3.665.510

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.121.765	32.422	0	738.789	0	242	2.893.218
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.121.765	32.422	0	738.789	0	242	2.893.218
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	418.733	0	418.733
5.05	Destinações	0	0	0	0	-206.196	0	-206.196
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-206.196	0	-206.196
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-2.752	-2.752
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-2.752	-2.752
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	169.300	0	0	0	0	0	169.300
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	2.774	0	212.537	-212.537	0	2.774
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	2.774	0	0	0	0	2.774
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	20.937	-20.937	0	0
5.09.03	Constituição de reserva - Equalização de dividendos	0	0	0	191.600	-191.600	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	9.255	0	0	9.255
5.13	Saldo Final	2.291.065	35.196	0	960.581	0	-2.510	3.284.332

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	2.937.504	3.495.881	2.673.466
7.01.01	Intermediação Financeira	2.657.067	3.241.782	2.500.739
7.01.02	Prestação de Serviços	348.713	361.072	306.906
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-80.697	-118.211	-164.076
7.01.04	Outras	12.421	11.238	29.897
7.01.04.01	Outras receitas operacionais	12.421	11.238	29.897
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.854.314	-2.620.976	-1.696.903
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-130.194	-123.861	-136.162
7.03.02	Serviços de Terceiros	-9.231	-9.386	-7.673
7.03.04	Outros	-120.963	-114.475	-128.489
7.03.04.01	Outras despesas administrativas	-33.190	-21.504	-21.547
7.03.04.02	Outras despesas operacionais	-85.419	-71.560	-70.046
7.03.04.03	Despesas não operacionais	-2.354	-21.411	-36.896
7.04	Valor Adicionado Bruto	952.996	751.044	840.401
7.05	Retenções	-14.211	-12.181	-11.008
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.211	-12.181	-11.008
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	938.785	738.863	829.393
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.108	7.186	11.486
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.108	7.186	11.486
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	945.893	746.049	840.879
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	945.893	746.049	840.879
7.09.01	Pessoal	323.000	306.165	281.164
7.09.01.01	Remuneração Direta	136.633	123.042	120.097
7.09.01.02	Benefícios	30.121	28.777	25.175
7.09.01.03	F.G.T.S.	11.735	11.120	10.993
7.09.01.04	Outros	144.511	143.226	124.899
7.09.01.04.01	Participações nos lucros	144.511	143.226	124.899
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	79.926	9.030	128.681

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.09.02.01	Federais	60.662	-10.367	112.162
7.09.02.02	Estaduais	2	11	11
7.09.02.03	Municipais	19.262	19.386	16.508
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.568	12.768	12.301
7.09.03.01	Aluguéis	14.568	12.768	12.301
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	528.399	418.086	418.733
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	225.258	220.447	206.196
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	303.141	197.639	212.537

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	0	30.115.408	27.144.810
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	29.378	18.176
1.02	Ativos Financeiros	0	29.045.549	26.267.352
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	0	5.299.496	5.242.855
1.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	0	4.118.520	4.854.079
1.02.01.04	Derivativos	0	1.074.991	238.172
1.02.01.05	Empréstimos e adiantamentos a clientes	0	72.626	147.081
1.02.01.06	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	0	33.359	3.523
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	371.938	89.357
1.02.02.01	Títulos e valores mobiliários	0	371.938	89.357
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	0	23.374.115	20.935.140
1.02.03.01	Operações compromissadas	0	5.809.890	4.709.689
1.02.03.02	Depósitos em bancos privados	0	1.449.222	1.700.616
1.02.03.03	Títulos e valores mobiliários	0	836.208	501.799
1.02.03.04	Empréstimos e adiantamentos a clientes	0	15.278.795	14.023.036
1.04	Outros Ativos	0	991.598	810.707
1.04.03	Outros	0	991.598	810.707
1.06	Imobilizado	0	23.794	27.025
1.06.01	Imobilizado de Uso	0	23.794	27.025
1.07	Intangível	0	25.089	21.550
1.07.01	Intangíveis	0	25.089	21.550

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	0	30.115.408	27.144.810
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	0	1.343.566	655.677
2.02.01	Dívida subordinada	0	274.552	234.728
2.02.02	Captações - Repasses no exterior	0	97.205	215.916
2.02.03	Derivativos	0	971.809	205.033
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	24.526.272	22.625.518
2.03.01	Valor a pagar a bancos	0	16.686.386	14.696.075
2.03.02	Clientes	0	6.303.656	6.988.038
2.03.03	Dívida subordinada	0	1.536.230	941.405
2.06	Outros Passivos	0	506.722	512.799
2.06.02	Tributário	0	92.080	200.582
2.06.03	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	0	0	22.889
2.06.04	Outros	0	414.642	289.328
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	0	3.738.848	3.350.816
2.08.01	Capital Social Realizado	0	2.470.313	2.291.065
2.08.02	Reservas de Capital	0	9.897	-1.599
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	0	-35.569	-36.795
2.08.02.06	Reserva de capital	0	45.466	35.196
2.08.04	Reservas de Lucros	0	1.236.955	1.040.927
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	0	21.683	20.423

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	0	2.391.943	2.156.854
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	0	-1.558.233	-1.660.020
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	0	833.710	496.834
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	0	-520.500	-44.343
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	0	359.753	306.906
3.04.02	Despesas de Pessoal	0	-353.942	-326.794
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	0	-120.268	-107.019
3.04.03.01	Promoção de negócios	0	-6.197	-5.141
3.04.03.02	Viagens	0	-10.172	-9.092
3.04.03.03	Comunicações	0	-3.944	-3.573
3.04.03.04	Instalações	0	-19.279	-18.386
3.04.03.05	Depreciação e amortização	0	-12.181	-11.008
3.04.03.06	Outras despesas	0	-68.495	-59.819
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	0	-203.791	419.576
3.04.05.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	0	55.878	347.528
3.04.05.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	0	-259.669	72.048
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-202.252	-337.012
3.04.06.01	Perdas de crédito (líquidas de recuperações)	0	-125.999	-236.214
3.04.06.02	Outras despesas operacionais	0	-76.253	-100.798
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	313.210	452.491
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	103.265	-25.074
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	416.475	427.417
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	416.475	427.417
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	416.475	427.417
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	2,06	2,29
3.99.01.02	PN	0	2,06	2,29

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	2,04	2,26
3.99.02.02	PN	0	2,04	2,26

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	416.475	427.417
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	1.260	4.624
4.02.01	Ativos Disponíveis Para Venda - Ajuste Ao Valor De Mercado	0	3.374	2.510
4.02.02	Variação Cambial Sobre Investimentos No Exterior	0	-2.114	2.114
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	417.735	432.041
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	417.735	432.041

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-659.590	-3.546.018
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	563.567	682.168
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	0	416.475	427.417
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	0	12.181	11.008
6.01.01.03	Perdas de crédito	0	142.716	251.940
6.01.01.04	Ajuste a mercado de instrumentos financeiros - Disponíveis para venda	0	3.374	2.510
6.01.01.05	Variação cambial sobre investimentos no exterior	0	-2.114	2.114
6.01.01.06	Provisão para passivos contingentes	0	-9.065	-12.821
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-1.223.157	-4.228.186
6.01.02.01	Reserva no Banco Central do Brasil	0	0	1.515
6.01.02.02	Operações compromissadas	0	-31.383	108.567
6.01.02.03	Depósitos em bancos privados	0	407.180	-2.282.029
6.01.02.08	Empréstimos e adiantamentos a clientes	0	-1.395.095	-1.042.821
6.01.02.09	Outros ativos	0	-180.890	-232.859
6.01.02.10	Passivos tributários	0	-108.502	-172.323
6.01.02.11	Captações - Repasses no exterior	0	-118.711	-126.511
6.01.02.12	Outros passivos	0	134.379	40.738
6.01.02.13	Derivativos usados como hedge de valor justo	0	-29.836	-730
6.01.02.14	Títulos e valores mobiliários - Custo amortizado	0	-334.437	288.240
6.01.02.15	Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	0	-26.806	-1.528.876
6.01.02.16	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	0	-282.943	1.395.404
6.01.02.17	Passivos financeiros derivativos	0	743.887	-676.501
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-2.219	-9.771
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	0	-12.621	-12.839
6.02.02	Alienação de imobilizado e intangível	0	132	294
6.02.03	Constituição de reserva	0	10.270	2.774
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	1.900.605	2.222.212
6.03.01	Valores a pagar a bancos	0	1.990.311	2.732.728

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.03.02	Valores a pagar a clientes	0	-684.382	-74.474
6.03.03	Ações em tesouraria	0	1.226	9.255
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	0	-220.447	-206.196
6.03.05	Aumento de capital	0	179.248	169.300
6.03.06	Dívidas subordinadas	0	634.649	-408.401
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	1.238.796	-1.333.577
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	3.035.592	4.369.169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	4.274.388	3.035.592

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.291.065	-1.599	1.040.927	0	20.423	3.350.816	0	3.350.816
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.291.065	-1.599	1.040.927	0	20.423	3.350.816	0	3.350.816
5.04	Transações de Capital com os Sócios	179.248	1.226	0	-220.447	0	-39.973	0	-39.973
5.04.01	Aumentos de Capital	179.248	0	0	0	0	179.248	0	179.248
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	1.226	0	0	0	1.226	0	1.226
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-220.447	0	-220.447	0	-220.447
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	416.475	1.260	417.735	0	417.735
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	416.475	0	416.475	0	416.475
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.260	1.260	0	1.260
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.374	3.374	0	3.374
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.114	-2.114	0	-2.114
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	10.270	196.028	-196.028	0	10.270	0	10.270
5.06.01	Constituição de Reservas	0	10.270	196.028	-196.028	0	10.270	0	10.270
5.07	Saldos Finais	2.470.313	9.897	1.236.955	0	21.683	3.738.848	0	3.738.848

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.121.765	-13.628	870.185	0	15.799	2.994.121	0	2.994.121
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.121.765	-13.628	870.185	0	15.799	2.994.121	0	2.994.121
5.04	Transações de Capital com os Sócios	169.300	9.255	0	-206.196	0	-27.641	0	-27.641
5.04.01	Aumentos de Capital	169.300	0	0	0	0	169.300	0	169.300
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	9.255	0	0	0	9.255	0	9.255
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-206.196	0	-206.196	0	-206.196
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	427.417	4.624	432.041	0	432.041
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	427.417	0	427.417	0	427.417
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.624	4.624	0	4.624
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.510	2.510	0	2.510
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.114	2.114	0	2.114
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.774	170.742	-221.221	0	-47.705	0	-47.705
5.06.01	Constituição de Reservas	0	2.774	170.742	-170.742	0	2.774	0	2.774
5.06.04	Adoção inicial do IFRS 9	0	0	0	-50.479	0	-50.479	0	-50.479
5.07	Saldos Finais	2.291.065	-1.599	1.040.927	0	20.423	3.350.816	0	3.350.816

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	0	674.029	850.837
7.01.01	Intermediação Financeira	0	833.710	496.834
7.01.02	Prestação de Serviços	0	359.753	306.906
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-125.999	-236.214
7.01.04	Outras	0	-393.435	283.311
7.01.04.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	0	55.878	347.528
7.01.04.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	0	-259.669	72.048
7.01.04.03	Outras despesas administrativas	0	-51.773	-47.200
7.01.04.04	Outras despesas operacionais	0	-137.871	-89.065
7.04	Valor Adicionado Bruto	0	674.029	850.837
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	674.029	850.837
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	674.029	850.837
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	0	674.029	850.837
7.09.01	Pessoal	0	306.165	281.191
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	125.564	121.839
7.09.01.02	Benefícios	0	26.255	23.459
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	11.121	10.993
7.09.01.04	Outros	0	143.225	124.900
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	-48.611	142.229
7.09.02.01	Federais	0	-68.010	125.708
7.09.02.02	Estaduais	0	11	12
7.09.02.03	Municipais	0	19.388	16.509
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	416.475	427.417
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	220.447	206.196
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	196.028	221.221

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Submetemos à apreciação de V.S.as as Informações Financeiras individuais e consolidadas do ano encerrado em 31 de dezembro de 2019 do Banco ABC BRASIL S.A.

Banco ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda *expertise* na análise e concessão de crédito.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABCB4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão).

Estrutura Acionária

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 31 de dezembro de 2019: Bank ABC 59,94%; Mercado: 33,64%; Administradores e Conselheiros: 4,45%; e Ações em Tesouraria: 1,97%.

Rentabilidade dos Negócios

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 528,4 milhões no ano de 2019 (R\$ 418,1 milhões em 2018), representando retorno anualizado sobre o patrimônio médio de 13,7% a.a. (12,0% a.a. no ano de 2018).

O aumento do resultado do Banco, em relação ao ano anterior, é explicado, principalmente, por uma melhora no resultado bruto da intermediação financeira e o impacto positivo gerado pelo crédito tributário decorrente do aumento da alíquota da CSLL de 15% para 20%. O resultado foi parcialmente impactado pelo aumento das Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito (considerando empréstimos e garantias prestadas) atingiu R\$ 26,5 bilhões ao final de dezembro de 2019 (R\$ 23,6 bilhões ao final de dezembro de 2018). Em relação à qualidade da carteira, 95,8% das operações com empréstimos e 98,4% das operações com garantias prestadas estavam classificadas entre AA e C ao final de dezembro de 2019, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central. Considerando as duas carteiras, o índice foi de 96,7%. O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 2,49% do total da carteira de empréstimos ao final de dezembro de 2019 (2,92% ao final de dezembro de 2018).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

IN CVM 381/03

Em atendimento a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados serviços adicionais relacionados à auditoria que representassem montantes superiores a remuneração global de 5% (cinco por cento) da remuneração paga pelos serviços de auditoria externa no período.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Ao final do período, o Banco ABC BRASIL S.A. possuía R\$ 782,9 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Mantidos até o vencimento”, conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Gestão de risco

1- Risco corporativo

Para o Banco ABC Brasil a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções nºs 4.557/17 e 4.327/14 do Banco Central do Brasil, mantém estruturas específicas de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e à Circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de risco > Estrutura de gestão de risco - Banco ABC Brasil.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que, além de executar suas atividades, devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-los. Apesar de ser responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Diretoria de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A estrutura de governança do Banco ABC Brasil considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, suportados por colegiados internos, o Comitê de Risco do Conselho e Diretoria Colegiada, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco Operacional e *Compliance*.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite à risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe, para isso, o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

2- Risco operacional

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco Operacional, *Compliance e Segurança da Informação* (CROCs) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, *Compliance*, segurança da informação e controles internos.

3- Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura.

A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite à risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

4- Risco de crédito

A gestão de risco de crédito abrange as atividades de autorização, execução, controle e monitoramento do Banco. Isso inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco da carteira, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da alçada da Administração. Acima disso, a aprovação é responsabilidade exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplemento.

Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte e operação. A área também monitora as concentrações de risco e avalia os impactos de cenários adversos.

5- Responsabilidade Socioambiental

A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil.

O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento desses riscos. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários socioambientais junto aos clientes.

6- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Finanças, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Trata-se de um processo integrado com a área de Gestão de Riscos. Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de Risco > Estrutura de gestão de capital - Banco ABC Brasil).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7- Comitê de Remuneração

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das sociedades por ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8- Risco de conformidade

O Banco ABC Brasil através de sua área de *Compliance* busca assegurar a existência de políticas corporativas, processos, controles e monitoramento contínuo para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e entidades de classe, como também prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Atuando na orientação e conscientização, visando coibir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da instituição e empregar seus melhores esforços na disseminação das práticas exigidas pela Lei nº 12.846/13 de Anticorrupção. Adicionalmente, a área de *Compliance*, juntamente com a área de Segurança da Informação, são responsáveis por definir as políticas para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2020.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Bank ABC que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman (Nota 23).

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis

i) Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC Brasil Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2019 e 2018, corresponde a aproximadamente 100%.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2020.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

ii) Moeda Funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil.

iii) Conversão de moedas estrangeiras

Os ativos e passivos das subsidiárias são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço. O resultado é convertido pela taxa de câmbio média mensal.

Notas Explicativas

iv) Principais práticas contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM e pelo Bacen. Por sua vez, o Bacen aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1)- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:

Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas

Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16- Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução nº 4.636/18 - Estabelece critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas

Resolução nº 4.720/19 e Circular nº 3.959/19- Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras. Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020.

Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.

Resolução nº 4.748/19 - Dispõe sobre os critérios para a mensuração do valor justo de elementos patrimoniais e de resultado. Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2020.

Notas Explicativas

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) *Critérios de avaliação dos ativos*

As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

Notas Explicativas

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

Notas Explicativas

c) *Crítérios de avaliação dos passivos*

As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

d) *Hedge Accounting*

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo e obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total (“hedge” de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de “*hedge accounting*”, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados nas Notas 5.b, 15.b e 16.b respectivamente.

Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação (“Trading Book”) e das carteiras de não negociação (“Banking Book”) não possuem política específica para proteção (“Hedge Accounting”). Os riscos de tais carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (Nota 5.b).

Notas Explicativas

e) *Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo*

Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

f) *Apuração das receitas e despesas*

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

g) *Ativos e passivos contingentes*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos; e
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

h) *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)*

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Notas Explicativas

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Disponibilidades	297.187	29.378
Aplicações financeiras de liquidez	3.709.824	4.249.550
Aplicações em moedas estrangeiras	382.615	723.920
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	3.327.209	3.525.630
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.007.011	4.278.928

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez, por prazo de vencimento, é demonstrado como segue:

	Banco e Consolidado						2018
	2019						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	1.524.699	2.336.375	409.986	-	-	4.271.060	5.817.015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	67.123	203.340	-	392.203	9.813	672.479	981.720
Aplicações em moedas estrangeiras	382.615	-	-	-	-	382.615	723.920
Total	1.974.437	2.539.715	409.986	392.203	9.813	5.326.154	7.522.655

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

As classificações dos títulos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são demonstradas como segue:

	2019				2018	
	Banco		Consolidado		Banco	Consolidado
	Custo	Mercado / Contábil	Custo	Mercado / Contábil	Mercado / Contábil	Mercado / Contábil
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	31.112	31.107	241.843	241.838	1.611.351	1.816.863
Eurobônus	17.301	17.928	17.301	17.928	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	138.495	139.761	138.495	139.761	235.254	235.254
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9	9	9	9	399.165	399.165
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	5.460	5.460	5.460	5.460	5.106	5.106
Debêntures	143.066	157.419	143.066	157.419	160.711	160.711
Títulos públicos emitidos em outros países	1.269.213	1.268.013	1.269.213	1.268.013	807.350	807.350
Ações de companhias abertas	46.878	57.473	46.878	57.473	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	68.081	68.066	68.081	68.066	-	-
Subtotal - Títulos para negociação	1.719.615	1.745.236	1.930.346	1.955.967	3.218.937	3.424.449
Títulos disponíveis para venda (b)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.266.754	1.266.566	1.266.754	1.266.566	148.048	148.048
Eurobônus	14.285	14.269	14.285	14.269	15.043	15.043
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	5.117	5.204	5.117	5.204	13.909	13.909
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	100.104	103.135	100.104	103.135	97.318	97.318
Letras do Tesouro Nacional - LTN	416.951	420.708	416.951	420.708	-	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	10.035	10.033	10.035	10.033	-	-
Debêntures	1.849.738	1.828.174	1.849.738	1.828.174	696.814	696.814
Notas Promissórias - NP	201.518	201.596	201.518	201.596	294.583	294.583
Cédula do Produtor Rural - CPR	1.036.060	1.062.717	1.036.060	1.062.717	1.140.654	1.140.654
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	-	757.463	757.463
Letras Financeiras - LF	83.583	83.529	83.583	83.529	62.032	62.032
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	102.491	102.483	102.491	102.483	86.973	86.973
Fixed Rate Notes - FRN	82.584	83.179	82.584	83.179	148.591	148.591
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	5.169.220	5.181.593	5.169.220	5.181.593	3.461.428	3.461.428
Títulos mantidos até o vencimento (a)						
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	68.996	68.996	68.996	68.996	66.903	66.903
Letras do Tesouro Nacional - LTN	713.903	713.903	713.903	713.903	769.920	769.920
Subtotal - Mantidos até o vencimento	782.899	782.899	782.899	782.899	836.823	836.823
Total	7.671.734	7.709.728	7.882.465	7.920.459	7.517.188	7.722.700

- (a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 31 de dezembro de 2019, ajuste positivo de R\$ 27.259 (ajuste positivo de R\$ 17.224 em 2018).
- (b) O valor de mercado é apresentado líquido da provisão para perdas dos títulos, no montante de R\$ 22.491 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 82.029 em 2018).

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2019, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam ganho de R\$ 12.373 (R\$ 16.191 de perda em 2018), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de ganho em R\$ 7.969 (R\$ 9.715 de perda em 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R\$ 3.300.797 (R\$ 3.254.636 em 2018). As mensurações de valor justo dos títulos e valores mobiliários não cotados em mercado ativo são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado.

As composições da carteira em 31 de dezembro de 2019, considerando o prazo de vencimento, são demonstradas como segue:

	Banco 2019						Total
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	31.107	-	-	-	-	31.107
Eurobônus	-	-	-	2.328	-	15.600	17.928
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	29.665	81.180	28.916	139.761
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9	-	-	-	-	-	9
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	5.460	-	-	5.460
Debêntures	-	-	-	-	-	157.419	157.419
Títulos públicos emitidos em outros países	-	199.345	-	1.068.668	-	-	1.268.013
Ações de companhias abertas	57.473	-	-	-	-	-	57.473
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	-	12.734	55.332	68.066
Subtotal - Títulos para negociação	57.482	230.452	-	1.106.121	93.914	257.267	1.745.236
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	314	-	-	-	1.266.252	1.266.566
Eurobônus	-	-	6.652	7.617	-	-	14.269
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	5.204	-	-	5.204
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	-	103.135	103.135
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	420.708	-	420.708
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	-	-	10.033	-	10.033
Debêntures	13.334	105.551	140.215	103.731	316.597	1.148.746	1.828.174
Notas Promissórias - NP	-	22.594	53.967	39.759	85.276	-	201.596
Cédula do Produtor Rural - CPR	9.609	82.227	57.022	160.722	580.206	172.931	1.062.717
Letras Financeiras - LF	-	28.719	-	34.255	20.555	-	83.529
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	11.389	61.417	29.677	102.483
Fixed Rate Notes - FRN	-	-	49.671	18.411	15.097	-	83.179
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	22.943	239.405	307.527	381.088	1.509.889	2.720.741	5.181.593
Títulos mantidos até o vencimento							
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	-	-	68.996	68.996
Letras do Tesouro Nacional - LTN	249.924	-	-	-	302.489	161.490	713.903
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	249.924	-	-	-	302.489	230.486	782.899
Total - 2019	330.349	469.857	307.527	1.487.209	1.906.292	3.208.494	7.709.728
Total - 2018	771.836	333.952	168.899	1.994.699	2.662.642	1.585.160	7.517.188

Notas Explicativas

	Consolidado						
	2019						
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	241.838	-	-	-	-	241.838
Eurobônus	-	-	-	2.328	-	15.600	17.928
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	29.665	81.180	28.916	139.761
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9	-	-	-	-	-	9
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	5.460	-	-	5.460
Debêntures	-	-	-	-	-	157.419	157.419
Títulos públicos emitidos em outros países	-	199.345	-	1.068.668	-	-	1.268.013
Ações de companhias abertas	57.473	-	-	-	-	-	57.473
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	-	12.734	55.332	68.066
Subtotal - Títulos para negociação	57.482	441.183	-	1.106.121	93.914	257.267	1.955.967
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	314	-	-	-	1.266.252	1.266.566
Eurobônus	-	-	6.652	7.617	-	-	14.269
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	5.204	-	-	5.204
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	-	103.135	103.135
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	420.708	-	420.708
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	-	-	10.033	-	10.033
Debêntures	13.334	105.551	140.215	103.731	316.597	1.148.746	1.828.174
Notas Promissórias - NP	-	22.594	53.967	39.759	85.276	-	201.596
Cédula do Produtor Rural - CPR	9.609	82.227	57.022	160.722	580.206	172.931	1.062.717
Letras Financeiras - LF	-	28.719	-	34.255	20.555	-	83.529
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	11.389	61.417	29.677	102.483
Fixed Rate Notes - FRN	-	-	49.671	18.411	15.097	-	83.179
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	22.943	239.405	307.527	381.088	1.509.889	2.720.741	5.181.593
Títulos mantidos até o vencimento							
Notas do Tesouro Nacional - NTN – B	-	-	-	-	-	68.996	68.996
Letras do Tesouro Nacional - LTN	249.924	-	-	-	302.489	161.490	713.903
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	249.924	-	-	-	302.489	230.486	782.899
Total - 2019	330.349	680.588	307.527	1.487.209	1.906.292	3.208.494	7.920.459
Total - 2018	771.836	516.789	168.899	1.994.699	2.685.317	1.585.160	7.722.700

O Banco possui "Títulos vinculados à garantias" de suas operações que são demonstradas a seguir:

Tipo de operação	Títulos vinculados	Banco e Consolidado	
		Valor de mercado	
		2019	2018
Derivativos - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e CBLC	LTN/ NTN/ CDB/ LFT	178.415	131.812
Câmbio - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	LTN	103.837	98.586
Captações em Letras de Crédito do Agronegócio	Cédula do Produtor Rural	471.207	748.429
Total		753.459	978.827

Notas Explicativas

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando principalmente à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a Administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à Administração.

A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica com nível de confiança de 99% e períodos de retenção de um dia para a carteira de negociação e vinte e um dias para a carteira de não negociação. Além dos controles de exposição e VaR, o Banco também realiza testes de análise de sensibilidade para avaliar os impactos das mudanças nas taxas de juros sobre o portfolio.

Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na Bolsa de Valores de Chicago.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de apuração.

As bases adotadas para determinar os preços de mercado são as seguintes:

- Futuros: cotações em Bolsas;
- Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos e calculadas de acordo com modelos conhecidos amplamente utilizados pelo mercado;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ajustados ao risco de crédito das contrapartes; e
- Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou bolsas de referência, ajustado pelo risco de crédito das contrapartes.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	2019				2018	
	Banco e Consolidado				Banco e Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber / (a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Contratos de futuros	12.205.270	-	-	-	6.547.676	-
Compromisso de compra	4.180.067	-	-	-	1.689.774	-
Mercado interfinanceiro	3.026.762	-	-	-	1.637.755	-
Moeda estrangeira	1.153.305	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	52.019	-
Compromisso de venda	8.025.203	-	-	-	4.857.902	-
Mercado interfinanceiro	6.199.102	-	-	-	4.656.964	-
Moeda estrangeira	1.826.101	-	-	-	194.769	-
Outros	-	-	-	-	6.169	-
Posição ativa	19.330.741	1.436.524	(434.193)	1.002.331	14.632.840	1.074.991
Contratos de "Swap"	2.854.803	91.373	39.038	130.411	2.322.021	89.913
Mercado interfinanceiro	1.114.584	16.448	9.434	25.882	686.848	12.243
Moeda estrangeira	382.112	61.477	3.269	64.746	496.016	63.238
Prefixado	1.149.709	11.989	18.828	30.817	1.138.437	14.387
Outros	208.398	1.459	7.507	8.966	720	45
Contratos de opções	13.610.277	1.290.731	(472.466)	818.265	10.704.477	882.209
Compromisso de compra	6.624.383	636.065	(282.746)	353.319	5.199.520	329.549
Moeda estrangeira	6.591.453	635.289	(283.986)	351.303	5.199.520	329.549
Ações	32.930	776	1.240	2.016	-	-
Compromisso de venda	6.985.894	654.666	(189.720)	464.946	5.504.957	552.660
Moeda estrangeira	6.799.060	647.870	(186.701)	461.169	5.156.996	534.392
Outros ativos financeiros	178.194	6.754	(2.992)	3.762	347.961	18.268
Ações	8.640	42	(27)	15	-	-
Outros instrumentos financeiros	2.865.661	54.420	(765)	53.655	1.606.342	102.869
Moeda estrangeira	902.726	24.780	970	25.750	1.187.078	41.864
Outros ativos financeiros	1.962.935	29.640	(1.735)	27.905	419.264	61.005

	2019				2018	
	Banco e Consolidado				Banco e Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber / (a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Posição passiva	24.207.109	(1.016.500)	254.876	(761.624)	17.745.629	(971.809)
Contratos de "Swap"	3.870.230	(58.210)	(32.975)	(91.185)	1.656.267	(78.621)
Mercado interfinanceiro	127.721	(2.101)	(1.315)	(3.416)	113.907	(3.742)
Moeda estrangeira	2.848.813	(34.518)	(4.164)	(38.682)	732.822	(53.068)
Prefixado	827.466	(13.346)	(25.411)	(38.757)	792.456	(18.772)
Outros	66.230	(8.245)	(2.085)	(10.330)	17.082	(3.039)
Contratos de opções	14.418.963	(857.319)	291.668	(565.651)	10.815.871	(807.946)
Compromisso de compra	7.354.294	(470.933)	229.376	(241.557)	5.541.683	(303.606)
Moeda estrangeira	7.227.458	(456.299)	229.652	(226.647)	5.308.266	(291.730)
Outros ativos financeiros	118.856	(14.584)	(95)	(14.679)	233.417	(11.876)
Ações	7.980	(50)	(181)	(231)	-	-
Compromisso de venda	7.064.669	(386.386)	62.292	(324.094)	5.274.188	(504.340)
Moeda estrangeira	6.974.620	(383.815)	60.722	(323.093)	5.242.457	(502.249)
Outros ativos financeiros	90.049	(2.571)	1.570	(1.001)	31.731	(2.091)
Outros instrumentos financeiros	5.917.916	(100.971)	(3.817)	(104.788)	5.273.491	(85.242)
Moeda estrangeira	2.456.490	(72.884)	(1.900)	(74.784)	1.284.911	(22.032)
Outros ativos financeiros	3.461.426	(28.087)	(1.917)	(30.004)	3.988.580	(63.210)

Notas Explicativas

Visando mitigar os riscos de variação no valor justo das operações de captação da dívida subordinada no valor de US\$ 69,3 milhões (US\$ 69,3 milhões em 2018) (Nota 16.b) e obrigações por repasses do exterior no valor de US\$ 18,5 milhões (US\$ 24,6 milhões em 2018) (Nota 15.b) a Administração decidiu designar os instrumentos financeiros abaixo demonstrados para proteção cambial de parcela do valor do principal bem como de parcela de valor dos juros contratuais.

Derivativos usados como “ <i>hedge</i> ” de valor justo	Valor referencial dos contratos	Banco e Consolidado		
		2019		
		Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de “<i>Hedge</i>”				
Contratos de “<i>Swap</i>”	309.343	44.733	47.230	2.497
Dívida Subordinada	238.163	41.505	41.939	434
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	238.163	41.505	41.939	434
Obrigações por repasses no exterior	71.180	3.229	5.292	2.063
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	71.180	3.229	5.292	2.063
Objeto de “<i>Hedge</i>”	359.082	(359.082)	(361.579)	(2.497)
Dívida Subordinada (Nota 16.b)	284.248	(284.248)	(284.682)	(434)
Obrigações por repasses no exterior (Nota 15.b)	74.834	(74.834)	(76.897)	(2.063)

(1) Valores atualizados até a data do balanço.

Derivativos usados como “ <i>hedge</i> ” de valor justo	Valor referencial dos contratos	Banco e Consolidado		
		2018		
		Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de “<i>Hedge</i>”				
Contratos de “<i>Swap</i>”	333.070	30.093	33.359	3.266
Dívida Subordinada	238.163	29.813	31.793	1.980
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	238.163	29.813	31.793	1.980
Obrigações por repasses no exterior	94.907	280	1.566	1.286
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	94.907	280	1.566	1.286
Objeto de “<i>Hedge</i>”	369.173	(369.173)	(372.439)	(3.266)
Dívida Subordinada (Nota 16.b)	273.254	(273.254)	(275.234)	(1.980)
Obrigações por repasses no exterior (Nota 15.b)	95.919	(95.919)	(97.205)	(1.286)

(1) Valores atualizados até a data do balanço.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (dívida subordinada e obrigações por repasses no exterior) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (swaps) designados são idênticos, a efetividade já incorrida esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, têm a seguinte composição:

	2019							2018
	Banco e Consolidado							Banco e Consolidado
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Compensação								
Contratos de futuros	2.716.435	3.961.917	1.471.117	1.317.855	2.076.010	661.936	12.205.270	6.547.676
Contratos de opção	984.046	338.261	879.322	13.045.095	12.777.157	5.359	28.029.240	21.520.348
Contratos de "Swap"	94.794	551.759	3.196.960	695.983	2.109.326	385.554	7.034.376	4.311.358
Outros instrumentos financeiros	582.807	4.849.693	1.784.169	1.078.575	488.333	-	8.783.577	6.879.833
Total - 2019	4.378.082	9.701.630	7.331.568	16.137.508	17.450.826	1.052.849	56.052.463	-
Total - 2018	4.398.710	4.666.763	3.760.895	4.721.890	21.148.596	562.361	-	39.259.215
Posição ativa								
Contratos de opção	6.911	3.307	24.906	402.315	380.468	358	818.265	882.209
Contratos de "Swap"	1.544	4.447	102.950	15.138	44.041	9.521	177.641	123.272
Outros instrumentos financeiros	8.819	23.105	10.915	6.858	3.958	-	53.655	102.869
Total - 2019	17.274	30.859	138.771	424.311	428.467	9.879	1.049.561	-
Total - 2018	64.535	79.018	77.670	81.718	801.008	4.401	-	1.108.350
Posição passiva								
Contratos de opção	(9.356)	(226)	(27.015)	(228.019)	(300.617)	(418)	(565.651)	(807.946)
Contratos de "Swap"	(1.696)	(8.825)	(12.054)	(18.455)	(39.061)	(11.094)	(91.185)	(78.621)
Outros instrumentos financeiros	(5.315)	(55.543)	(17.486)	(17.496)	(8.948)	-	(104.788)	(85.242)
Total - 2019	(16.367)	(64.594)	(56.555)	(263.970)	(348.626)	(11.512)	(761.624)	-
Total - 2018	(75.090)	(81.856)	(75.899)	(80.444)	(655.887)	(2.633)	-	(971.809)

Para os instrumentos financeiros derivativos não cotados, o processo de precificação é substancialmente baseado na utilização de julgamentos, estimativas e metodologias internas, tem os montantes registrados no Ativo de R\$ 256.589 (R\$ 364.589 em 2018) e no Passivo de R\$ 226.089 (R\$ 285.798 em 2018).

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostos:

	2019			2018
	Banco e Consolidado			Banco e Consolidado
	Receitas	Despesas	Líquido	Líquido
Swaps	989.353	(938.112)	51.241	40.694
Futuros	8.954.226	(8.843.574)	110.652	(182.642)
Opções	1.278.008	(1.250.696)	27.312	1.040
Compra / Venda a termo	344.583	(446.036)	(101.453)	203.033
Total	11.566.170	(11.478.418)	87.752	62.125

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros

Em atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 475/08, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da Administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

	Exposição		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
i) Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados (RWAjur1)	10.741	13.607	16.472
Exposição de Cupons de moeda (RWAjur2)	30.750	32.296	33.843
Exposição de Cupons de índices (RWAjur3)	20.314	21.247	22.180
Total da exposição a taxas de Juros (Nota 27)	61.805	67.150	72.495
ii) Taxas de Câmbio	28.195	31.651	35.106
Total da exposição a taxas de Câmbio	28.195	31.651	35.106
iii) Índices, ações e mercadorias	126.851	134.905	142.959
Total da exposição a índices, ações e mercadorias	126.851	134.905	142.959

i) Taxas de juros:

Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de “Negociação” (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.557/17 e Circular nº 3.354/07, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras.

Visando atender as disposições da Instrução CVM nº 475/08, quanto à análise de sensibilidade, foi tomada como base a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxas de juros em 31 de dezembro de 2019 e efetuada a análise de cenários determinada na referida instrução.

ii) Taxas de câmbio:

A exposição líquida das taxas de câmbio é regulada pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.193/13, Resolução nº 3.488/07 e Circular nº 3.641/13. Tais normativos determinam como limite máximo para tais exposições 30% do patrimônio de referência.

Foram considerados os critérios de apuração da exposição determinados pelo Banco Central do Brasil e, atendendo os requisitos da Instrução CVM nº 475/08, foi efetuada a análise de cenários a partir da exposição líquida existente em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

iii) Carteira de Não Negociação (Banking Book):

Refere-se a operações não classificadas na carteira de negociação advindas das linhas de negócios do Banco e seus eventuais instrumentos de proteção. A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Circular nº 3.365/07, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de "stress" cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as práticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 31 de dezembro de 2019 demonstravam uma exposição de R\$ 128.027, que considera o risco de taxas de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador.

Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

6. Relações interfinanceiras

A composição da rubrica relações interfinanceiras representam o montante de R\$ 66.011 em 31 de dezembro de 2019, representados basicamente por Repasses Interfinanceiros, no montante de R\$ 65.332 e Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central, no montante de R\$ 679.

7. Carteira de crédito, garantias financeiras prestadas e responsabilidades

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias financeiras prestadas, são demonstrados como segue:

Carteira por modalidade:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Operações de crédito		
Empréstimos	5.922.087	5.448.493
Financiamentos	6.353.310	4.942.629
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.260.788	1.019.663
Subtotal - Operações de crédito	13.536.185	11.410.785
Outros créditos com características de concessão de crédito		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber (a)	780.635	575.236
Títulos e créditos a receber	2.732.046	898.587
Fianças honradas	150.467	94.330
Subtotal - Outros créditos com características de concessão de crédito	3.663.148	1.568.153
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	17.199.333	12.978.938
Garantias financeiras prestadas (b)	9.256.126	10.650.867
Total da carteira	26.455.459	23.629.805

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R\$ 767.114 (R\$ 561.784 em 2018), demonstrado como redutor de Outras obrigações (Nota 9) acrescido de R\$ 13.521 (R\$ 13.452 em 2018) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros créditos (Nota 9).

(b) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e são contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das provisões para garantias prestadas e responsabilidades é de R\$ 53.269 (R\$ 52.853 em 2018) - Nota 16.c.

Notas Explicativas**Carteira por setor de atividade:**

	Banco e Consolidado					
	2019			2018		
	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total
Setor privado						
Intermediários financeiros	332.732	1.610.402	1.943.134	118.701	2.007.630	2.126.331
Indústria	5.302.976	1.533.198	6.836.174	4.232.843	1.551.337	5.784.180
Comércio	3.589.218	1.027.911	4.617.129	2.671.896	1.034.136	3.706.032
Serviços	7.663.312	4.004.565	11.667.877	5.607.220	4.722.654	10.329.874
Pessoas físicas	270.447	67.097	337.544	239.552	103.172	342.724
Subtotal - Setor privado	17.158.685	8.243.173	25.401.858	12.870.212	9.418.929	22.289.141
Setor público	40.648	1.012.953	1.053.601	108.726	1.231.938	1.340.664
Total da carteira	17.199.333	9.256.126	26.455.459	12.978.938	10.650.867	23.629.805

Os saldos das operações de crédito, garantias financeiras prestadas, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado							
	2019							
	A vencer						Vencidas a partir de 15 dias	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Operações de crédito	819.544	1.619.582	1.948.064	3.203.805	4.687.901	1.224.158	33.131	13.536.185
Outros créditos	870.938	909.534	694.613	530.290	281.242	204.669	171.862	3.663.148
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	1.690.482	2.529.116	2.642.677	3.734.095	4.969.143	1.428.827	204.993	17.199.333
Garantias financeiras prestadas	506.935	1.576.553	1.280.069	2.592.132	3.281.488	18.949	-	9.256.126
Total - 2019	2.197.417	4.105.669	3.922.746	6.326.227	8.250.631	1.447.776	204.993	26.455.459
Total - 2018	1.741.602	3.020.543	4.245.244	7.711.798	6.064.419	716.562	129.637	23.629.805

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no Banco e Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios, em acordo com a resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 2.925 (R\$ 12.671 em 2018), o efeito dessas operações no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi positivo de R\$ 2.323 (resultado positivo de R\$ 1.401 em 2018).

As concentrações dos riscos de crédito estão assim demonstradas:

	Banco e Consolidado			
	2019		2018	
	Saldo	% sobre a carteira (1)	Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor	694.520	2,63	672.323	2,85
10 maiores devedores	4.060.693	15,35	4.439.932	18,79
20 maiores devedores	6.317.994	23,88	6.266.387	26,52

(1) total da carteira incluindo garantias financeiras prestadas.

Operações ativas vinculadas

Os saldos das operações de créditos vinculadas e as obrigações por operações ativas vinculadas estão em conformidade com a Resolução nº 2.921/02 e são demonstrados como segue:

Notas Explicativas

	Banco e Consolidado					2018
	2019					
	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	
						Total
Operações ativas vinculadas						
Operações de crédito	7.573	10.661	25.983	39.006	83.223	24.105
Obrigações por operações passivas vinculadas						
Depósitos a prazo	272	495	713	88.951	90.431	25.631

O resultado líquido dessas operações em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 557 (R\$ 39 em 2018).

8. Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos

As carteiras de operações de crédito e outros créditos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim distribuídos:

Nível de risco	Nível mínimo de provisionamento	Banco e Consolidado			
		2019			
		Total das operações			Provisão
		Curso normal	Atraso	Total	Res. 2.682/99
AA	-	3.152.806	-	3.152.806	-
A	0,5%	5.262.502	-	5.262.502	26.313
B	1,0%	6.426.777	58	6.426.835	64.268
C	3,0%	1.631.122	992	1.632.114	48.963
D	10,0%	273.945	6.990	280.935	33.287
E	30,0%	132.959	49.639	182.598	58.589
F	50,0%	11.645	95.804	107.449	63.215
G	70,0%	62.598	7.196	69.794	49.158
H	100,0%	39.986	44.314	84.300	84.300
Total		16.994.340	204.993	17.199.333	428.093

Nível de risco	Nível mínimo de provisionamento	Banco e Consolidado			
		2018			
		Total das operações			Provisão
		Curso normal	Atraso	Total	Res. 2.682/99
AA	-	1.314.165	-	1.314.165	-
A	0,5%	4.443.198	-	4.443.198	22.216
B	1,0%	5.051.789	374	5.052.163	50.521
C	3,0%	1.472.520	6.623	1.479.143	44.374
D	10,0%	316.068	1.254	317.322	34.805
E	30,0%	130.660	101.790	232.450	71.348
F	50,0%	39.484	1.194	40.678	20.339
G	70,0%	37.010	9.874	46.884	32.819
H	100,0%	44.407	8.528	52.935	52.935
Provisão adicional (*)	-	-	-	-	50.000
Total		12.849.301	129.637	12.978.938	379.357

(*) Refere-se a provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico e as incertezas a ele associadas.

Notas Explicativas

As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos tiveram as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Banco e Consolidado		
	2019	2018	
	Operações de crédito	Outros créditos	Total
			Total
Saldos no início do exercício	227.620	151.737	379.357
Constituição / (Reversão)	60.026	70.611	130.637
(Reversão) de provisão adicional	-	(50.000)	(50.000)
Variação cambial de saldo	800	-	800
Classificados como resultados de exercícios futuros	-	1.297	1.297
Créditos compensados como prejuízo	(32.756)	(1.242)	(33.998)
Baixas por cessão de crédito	-	-	-
Saldos no final do exercício	255.690	172.403	428.093

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 163.287 (356.752 em 2018), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4.594 (R\$ 231.524 em 2018).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 11.485 (R\$ 16.717 em 2018).

9. Carteira de câmbio

Os saldos das carteiras de câmbio estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar - CCL	2.319.779	1.928.078
Provisão sobre variação cambial de CCL	(2.110)	(2.049)
Direitos sobre vendas de câmbio	2.072.203	1.267.682
Adiantamentos recebidos	(23.239)	(15.763)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC) - (Nota 7)	13.521	13.452
Despesas de apropriação de adiantamentos concedidos (ACC)	-	25
Total	4.380.154	3.191.425
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	2.222.693	1.350.345
Obrigações por compra de câmbio	2.203.779	1.817.572
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) - (Nota 7)	(767.114)	(561.784)
Total	3.659.358	2.606.133

Notas Explicativas

10. Outros créditos

- a) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.
- b) As composições de outros créditos diversos estão assim demonstradas:

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos tributários (Nota 21)	484.541	398.869	484.548	398.869
Devedores por compra de valores e bens	17.793	9.557	17.793	9.557
Devedores por depósitos em garantia	20.498	17.471	20.498	17.471
Impostos e contribuições a compensar	117.817	49.129	121.492	51.487
Títulos e créditos a receber	2.728.386	896.978	2.728.386	896.978
Deságio sobre créditos adquiridos	(24.865)	-	(24.865)	-
Outros	3.253	1.969	3.253	1.969
Total	3.347.423	1.373.973	3.351.105	1.376.331

11. Investimentos

	Banco					
	ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		ABC Brasil Administração e Participações Ltda.		Total	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	2019	2018
Capital social	88.516	88.516	55.632	55.632		
Patrimônio líquido	102.670	99.388	107.847	104.021		
Resultado do exercício	3.281	3.131	3.827	4.055		
Nº. de ações ordinárias possuídas	24.980.054	24.980.054	-	-		
Nº. de ações preferenciais possuídas	24.980.055	24.980.055	-	-		
Nº. de cotas possuídas	-	-	55.631.814	55.631.814		
% de participação	100,00	100,00	99,99	99,99		
Valor contábil	102.670	99.388	107.847	104.021	210.517	203.409
Equivalência patrimonial	3.281	3.131	3.827	4.055	7.108	7.186

12. Imobilizado, diferido e intangível

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais, são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

13. Depósitos e Captações no mercado aberto

As operações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e captações no mercado aberto são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco					Consolidado		
	2019					2018	2019	2018
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total
Depósitos à vista	232.719	-	-	-	-	232.719	249.972	232.514
Depósitos interfinanceiros	-	57.406	245.074	-	-	302.480	723.532	302.480
Depósitos a prazo	-	1.611.009	3.063.574	393.547	90.545	5.158.675	5.218.478	5.158.675
Captações no mercado aberto	-	871.297	221.186	-	-	1.092.483	717.527	1.092.483
Total - 2019	232.719	2.539.712	3.529.834	393.547	90.545	6.786.357	-	6.786.152
Total - 2018	249.972	2.350.425	3.991.343	316.580	1.189	-	6.909.509	-
								6.909.309

14. Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					2018
	2019					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	
						Total
Letras de crédito imobiliário	302.022	451.753	300.980	-	1.054.755	1.177.337
Letras de crédito do agronegócio	501.350	1.172.490	962.945	22.027	2.658.812	2.406.221
Letras financeiras	695.745	1.544.425	3.391.201	129.558	5.760.929	5.394.941
Captações por certificados de operações estruturadas	298	22.834	8.017	-	31.149	51.685
Total - 2019	1.499.415	3.191.502	4.663.143	151.585	9.505.645	-
Total - 2018	1.587.201	3.183.944	4.168.058	90.981	-	9.030.184

Notas Explicativas**15. Obrigações por empréstimos e repasses**

- a) As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					2018
	2019					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	
Obrigações por empréstimos						
No exterior	2.646.789	3.439.889	41.790	-	6.128.468	4.688.351
Obrigações por repasses - País						
BNDES	23.670	46.992	103.933	196.686	371.281	480.799
FINAME	33.225	92.743	211.556	125.795	463.319	493.299
Outras instituições	97.734	213.988	21.110	-	332.832	332.235
Obrigações por repasses - Exterior	104.227	994.878	51.664	-	1.150.769	1.124.835
Total - 2019	2.905.645	4.788.490	430.053	322.481	8.446.669	-
Total - 2018	2.094.588	3.714.411	904.543	405.977	-	7.119.519

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira.

Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto a órgãos multilaterais (IFC - International Finance Corporation, IDB - Inter-American Development Bank e PROPARCO - Societe de Promotion et de Participation pour la Cooperation Economique SA) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.

- b) As composições dos saldos das obrigações por repasses do exterior em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são assim demonstradas:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Obrigações por repasses do exterior		
Objeto de "Hedge accounting" – Nota 5.b		
Valor do principal US\$ 18,5 milhões (US\$ 24,6 milhões em 2018)	74.402	95.365
Juros provisionados	432	554
Subtotal	74.834	95.919
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Notas 2.II.d e 5.b	2.063	1.286
Total	76.897	97.205
Outras obrigações por repasses do exterior	1.073.872	1.027.630
Total	1.150.769	1.124.835

Notas Explicativas

As captações de obrigações por repasses no exterior objeto de *hedge accounting*, nos valores de US\$ 18,5 milhões (US\$ 24,6 milhões em 2018) com vencimento em novembro de 2022, possui juros de 4,6% pagos semestralmente.

16. Outras obrigações

a) Obrigações fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	22.772	2.799	26.792	7.359
Impostos e contribuições a recolher	72.772	72.547	72.809	72.594
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21)	156.843	63.615	156.850	63.615
Total	252.387	138.961	256.451	143.568

b) Dívidas subordinadas:

As composições dos saldos das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão assim compostos:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting" – Nota 5.b		
Notas Subordinadas no Exterior US\$ 69,3 milhões (US\$ 69,3 milhões em 2018)	284.544	274.552
Subtotal	284.544	274.552
Outras dívidas subordinadas		
Letras Financeiras	1.375.488	1.287.312
Letras Financeiras Perpétuas	480.067	-
Notas Subordinadas no Exterior US\$ 57,0 milhões (US\$ 62,7 milhões em 2018)	232.797	248.918
Subtotal	2.088.352	1.536.230
Total dívidas subordinadas	2.372.896	1.810.782

Os saldos das dívidas subordinadas decorrentes de captações de notas subordinadas no exterior em 31 de dezembro 2019 e 2018 estão assim compostos:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas subordinadas no Exterior		
Valor do principal US\$ 49,3 milhões (US\$ 49,3 milhões em 2018)	198.625	190.942
Valor do principal US\$ 20,0 milhões (US\$ 20,0 milhões em 2018)	80.614	77.496
Juros provisionados	5.009	4.816
Subtotal	284.248	273.254
Despesa de captação diferida	(60)	(286)
Deságio	(78)	(396)
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Nota 2.II.d e 5.b	434	1.980
Total	284.544	274.552

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Outras dívidas subordinadas		
Notas Subordinadas no Exterior US\$ 57,0 milhões (US\$ 62,7 milhões em 2018)	229.524	242.791
Ágio / (Deságio)	(825)	1.846
Despesa de captação diferida	(19)	(74)
Juros provisionados	4.117	4.355
Total	232.797	248.918

Notas Explicativas

A captação de recursos no exterior, objeto de hedge accounting, no valor de US\$ 300,0 milhões, com principal de US\$ 49,3 milhões em dezembro de 2019 (US\$ 49,3 em 2018) e com vencimento em abril de 2020, possui juros anuais de 7,9% pagos semestralmente. Em 9 de outubro de 2012, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão suplementar de Notas Subordinadas no Exterior no valor de US\$ 100,0 milhões, com principal de US\$ 77,0 milhões em dezembro de 2019 (US\$ 82,7 em 2018) com mesmo vencimento e taxas de juros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco realizou a recompra parcial das Notas Subordinada (parte sem hedge accounting) emitidas em 09 de outubro de 2012, no montante de US\$ 5.715. O valor total pago no âmbito da oferta para as notas aceitas para recompra foi de US\$ 5.981.

O ágio e deságio pagos na captação dos referidos recursos, bem como as despesas diretas, estão sendo diferidos pelo prazo da captação.

O saldo de R\$ 1.375.488, referente as captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, possuem prazo de vencimento até agosto de 2028.

O saldo de R\$ 480.067 representa captações mediante a emissão de letras financeiras subordinadas perpétuas.

c) Outras obrigações diversas:

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	78.886	83.610	78.923	83.664
Credores diversos - País	8.008	6.028	8.008	6.028
Provisão para contingências (Nota 25)	12.791	22.024	12.791	22.024
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 7)	53.269	52.853	53.269	52.853
Total	152.954	164.515	152.991	164.569

As garantias financeiras prestadas estão sujeitas a encargos e contragarantias e são contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos das garantias financeiras prestadas estão assim compostas:

Tipo de garantia	Banco e Consolidado			
	2019		2018	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Fianças prestadas a clientes	9.202.915	53.189	10.532.910	52.230
Créditos abertos para importação	53.211	80	117.957	623
Total (Nota 7)	9.256.126	53.269	10.650.867	52.853

Notas Explicativas

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco, são demonstrados como segue:

Nível de risco	Banco e Consolidado			
	2019		2018	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	4.759.003	-	6.621.434	-
A	2.019.160	10.096	1.735.518	8.677
B	2.080.742	20.807	1.824.773	18.248
C	247.938	7.438	299.805	8.994
D	149.283	14.928	169.337	16.934
Total	9.256.126	53.269	10.650.867	52.853

d) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a pagar, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

17. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Rendas de garantias financeiras prestadas	193.765	224.932
Rendas de tarifas com operações de crédito	12.768	16.575
Rendas de cobranças	19.206	16.790
Rendas de tarifas bancárias	3.508	4.534
Rendas de comissões e colocação de títulos	113.509	90.153
Rendas de outros serviços	5.957	2.265
Total	348.713	355.249

18. Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviços de terceiros	9.231	9.386	9.236	9.386
Serviços do sistema financeiro	29.094	20.423	29.118	20.448
Aluguéis	14.568	12.768	14.568	12.768
Serviços técnicos especializados	21.390	13.879	21.472	13.971
Processamento de dados	16.996	12.908	16.996	12.908
Comunicações	4.586	3.944	4.586	3.944
Despesas de viagem	7.255	7.660	7.255	7.660
Depreciações e amortizações	14.211	12.181	14.211	12.181
Promoções e relações públicas	2.242	1.063	2.242	1.063
Publicações	328	276	366	339
Contribuições filantrópicas	120	167	182	167
Transportes	1.864	1.872	1.864	1.872
Manutenção e conservação de bens	1.938	2.034	1.938	2.034
Água, energia e gás	1.152	927	1.152	927
Materiais	442	423	442	423
Seguros	650	560	650	560
Propaganda e publicidade	9.908	4.628	9.908	4.628
Condomínio	2.751	2.828	2.751	2.828
Emolumentos legais e cartorários	2.355	1.397	2.355	1.397
Outras	11.682	6.392	11.705	6.413
Total	152.763	115.716	152.997	115.917

Notas Explicativas

19. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Juros e atualização monetária de ativos	1.231	533
Reversão de provisões (Nota 25.d)	9.233	3.184
Recuperação de encargos e despesas	1.769	1.194
Outras recuperações sem características de concessão de crédito	-	2.081
Outras receitas	188	4.246
Total	12.421	11.238

20. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	
	2019	2018
Constituição de provisões para garantias financeiras prestadas	416	5.728
Constituição de outras provisões	1.696	-
Outras despesas	1.744	132
Total	3.856	5.860

21. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são demonstradas a seguir:

	Dezembro de 2018	Adições	Baixas	Dezembro de 2019
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	179.757	148.612	(143.448)	184.921
Provisão para garantias financeiras prestadas	27.294	6.276	(64)	33.506
Provisão para bens não de uso - BNDU	18.828	2.173	(1.914)	19.087
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros				
derivativos	100.652	189.892	(95.192)	195.352
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	5.751	8.507	(3.820)	10.438
Prejuízo fiscal - Base negativa de CSLL	973	-	(973)	-
Outros	49.260	23.699	(45.087)	27.872
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	16.354	428	(3.417)	13.365
Total	398.869	379.587	(293.915)	484.541
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros				
derivativos	(50.307)	(125.757)	43.082	(132.982)
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(3.288)	(5.160)	2.767	(5.681)
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	(9.875)	(14.545)	6.274	(18.146)
Ajuste decorrente do Regime Transitório de Tributação - RTT	(145)	(2)	113	(34)
Total	(63.615)	(145.464)	52.236	(156.843)
Saldo líquido	335.254	234.123	(241.679)	327.698

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não apresentam diferenças com às informações demonstradas no quadro anterior em créditos tributários.

O saldo líquido dos créditos tributários e obrigações fiscais são demonstrados como seguem:

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Outros créditos - Diversos - Créditos tributários (Nota 10.b)	484.541	398.869	484.548	398.869
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 16.a)	(156.843)	(63.615)	(156.850)	(63.615)
Total	327.698	335.254	327.698	335.254

As realizações dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 31 de dezembro de 2019 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura são demonstradas como segue:

Exercício	Banco			Consolidado
	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido
2020	404.774	(156.843)	247.931	247.931
2021	47.446	-	47.446	47.446
2022	17.314	-	17.314	17.314
2023	9.352	-	9.352	9.352
2024	2.859	-	2.859	2.859
Acima de 5 anos	2.796	-	2.796	2.796
Total	484.541	(156.843)	327.698	327.698
Valor presente - Selic	458.797	(150.233)	308.564	308.564

Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e de 15% para contribuição social para as empresas financeiras.

A alíquota da contribuição social, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015. O efeito do aumento da alíquota foi de R\$ 18.437 demonstrado abaixo.

Notas Explicativas

As apurações das despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são demonstradas a seguir:

	Banco		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	487.623	315.216	491.644	319.786
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	195.050	141.847	199.158	146.466
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	3.704	68.598	3.704	68.588
Efeito do aumento / diminuição da alíquota da CSLL no crédito tributário	(18.437)	39.671	(18.437)	39.671
Receitas / despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	(64.574)	(144.882)	(67.394)	(148.116)
Resultados de participações societárias	(2.843)	(3.234)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(90.103)	(99.201)	(90.103)	(99.201)
Outros valores	(59.869)	(37.071)	(59.979)	(37.120)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	(37.072)	(34.272)	(33.051)	(29.712)
Impostos e contribuições diferidos				
Passivos fiscais constituídos no exercício	130.918	45.405	130.926	45.405
Passivos fiscais realizados no exercício	(45.962)	(73.118)	(45.962)	(73.118)
Créditos tributários constituídos no exercício	(379.158)	(276.124)	(379.172)	(276.131)
Créditos tributários realizados no exercício	290.498	235.239	290.504	235.256
Total dos impostos e contribuições diferidos	(3.704)	(68.598)	(3.704)	(68.588)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	(40.776)	(102.870)	(36.755)	(98.300)

22. Partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Operações / Partes relacionadas	Prazos	Remuneração	2019		2018	
			Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)	Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)
Depósitos à vista						
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda. (3)	S/ Vencido.	Sem remuneração	(69)	-	(64)	-
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (3)	S/ Vencido.	Sem remuneração	(136)	-	(136)	-
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. (4)	S/ Vencido.	Sem remuneração	(22)	-	(242)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos						
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. (4)	27/01/2020	1,8% a.a	(115)	-	-	-
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima (1)	29/01/2020	1,8% a.a	(1.124)	-	(21)	-
Administradores (4)	(a)	(a)	(35.215)	(2.390)	(32.438)	(2.317)
Obrigações por empréstimos						
Arab Banking Corporation (B.S.C) (2)	10/06/2020	0,2% a.a	(408.232)	(37)	(135.618)	(1.479)

(1) Acionista controlador direto, (2) Acionista controlador indireto, (3) Controlada, (4) Ligada.

(a) CDB - Taxa de 98,50 % até 100,00% do CDI - Menor data inicial: 26/10/2018, Maior data de vencimento: 26/11/2021.
LCA / LCI - Taxa de 90,00 % até 105,00 % do CDI - Menor data inicial: 23/08/2017, Maior data de vencimento: 09/09/2022.
LCA - Taxa Prefixada 6,35% até 10,60% - Menor data inicial: 18/05/2018, Maior data de vencimento: 06/01/2023.
LCA - Taxa Prefixada de 7,00% até 7,00% + IPCA - Menor data inicial: 25/09/2015, Maior data de vencimento: 25/09/2020.

Notas Explicativas

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

Em cumprimento a Resolução CMN nº 3.921/10, o Banco ABC Brasil implementou a Política de Remuneração de Administradores aplicável aos membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e os Diretores sem designação específica (empregados).

Resumidamente, a política tem como objetivos principais: (i) atender aos regramentos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que estabelece regras especiais para as instituições financeiras, como é o Banco ABC; (ii) confirmar a remuneração de quem seja considerado como Administrador do Banco ABC para fins dos regramentos referidos no item (i) acima e, especialmente, de quem assume esse encargo nos termos de sua governança; (iii) alinhar as práticas de remuneração dos Administradores do Banco à sua política de gestão de riscos; (iv) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco; e (v) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco ABC.

A remuneração definida na política leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo e os riscos assumidos.

A Remuneração Variável será calculada:

I - Para os Diretores sem designação específica:

- a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma “diferida” observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco nos pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão dos meses de junho (para pagamento da remuneração variável relativa ao primeiro semestre) e dezembro (para pagamento da remuneração variável relativa ao segundo semestre), conforme aplicável, salvo nos casos onde haja períodos de vedação nesses meses, oportunidade em que a média será calculada utilizando os pregões subsequentes.

Notas Explicativas

II - Aos membros do Comitê Executivo:

- a) 100% (cem por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações;
- b) 60% da remuneração variável estará sujeita a restrição de venda pelo período de 6 meses; e
- c) 40% da remuneração variável será efetuada de forma diferida, em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 3921/10.

A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

As remunerações totais do pessoal-chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão assim compostas:

	2019	2018
Remuneração Fixa	21.931	22.765
Remuneração Variável	15.467	14.411
Total de benefícios de curto prazo	37.398	37.176
Remuneração baseada em ações	77.662	68.958
Total de benefícios de longo prazo	77.662	68.958
Total	115.060	106.134

c) Resumo da movimentação do plano de remuneração:

Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores.

De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 22.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis, para liquidação no final do período de carência, conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	4.161.003	3.711.587
Constituições	3.079.652	2.992.755
Ações outorgadas	(3.235.666)	(2.543.339)
Saldo no final do exercício	4.004.989	4.161.003

Notas Explicativas

23. Dependência no exterior

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são demonstrados como seguem:

	2019	2018
Ativos		
Disponibilidades	213.905	6.583
Aplicações interfinanceiras de liquidez	314.709	612.342
TVM e instrumentos financeiros derivativos	186.029	348.354
Operações de crédito - Líquido	2.287.725	1.933.546
Outros créditos e valores e bens	921.853	442.796
Total	3.924.221	3.343.621
Passivos		
Depósitos à vista	218	46
Depósitos a prazo	108.724	188.749
Obrigações por empréstimos no exterior	5.390.203	4.104.231
Instrumentos financeiros derivativos	35.994	163.708
Outras obrigações	806.841	415.964
Total	6.341.980	4.872.698

Os saldos de ativos, passivos e resultados, são convertidos conforme Nota 2) iii.

Os efeitos das variações cambiais resultantes da conversão das transações em moeda estrangeira dos ativos e passivos foram reconhecidas no resultado do período no montante negativo de R\$ 67.964 (R\$ 222.620 em 31 de dezembro de 2018), conforme Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil.

24. Participações nos lucros

A provisão para participações nos lucros e resultados foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente. No exercício findo 31 de dezembro de 2019, o saldo de participações nos lucros é de R\$ 144.511 (R\$ 143.226 em dezembro de 2018).

25. Ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) Contingências fiscais e previdenciárias

O Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores que totalizam R\$ 328.920 (R\$ 402.555 em 2018) e não foram provisionados, o detalhamento das principais causas são os seguintes:

Notas Explicativas

Multa de ofício Imposto sobre serviços ("ISS") - 2008 a 2011

Trata-se de processo judicial onde o Banco discute o lançamento de multa de ofício de 50%, nos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, referente ao ISS de rendas de garantias prestadas do período de 2008 a 2011. A multa foi lançada sobre valores cuja exigibilidade estava suspensa pois vinculados ao Mandado de Segurança onde se questionava a incidência deste tributo. O valor envolvido é de R\$ 15.718 (R\$ 14.329 em 2018).

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está se defendendo de autuação para pagamentos de encargos previdenciários, sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2014 no valor de R\$ 211.718 (R\$ 281.135 em 2018).

Compensações não homologadas - COFINS

Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no artigo nº 63 da Lei nº 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R\$ 3.859 (R\$ 3.746 em 2018).

IRPJ/CSLL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito

Trata-se de cobrança do IRPJ e CSLL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R\$ 5.671 (R\$ 5.454 em 2018).

IRPJ - Dedutibilidade PLR Diretoria do período de 2010 à 2014

Trata-se de cobrança de IRPJ incidente sobre a dedutibilidade de PLR pagos à diretoria nos exercícios de 2010 a 2014. Aguardando julgamento dos casos na esfera administrativa. O valor da exigência monta a R\$ 86.295 (R\$ 82.509 em 2018).

IOF – IOF Crédito em operações de cessão de crédito

Trata-se de cobrança de IOF Crédito sobre operações de cessão de crédito com coobrigação realizadas em 2015, em razão da falta de recolhimento do IOF nessas operações as quais são caracterizadas pelas autoridades fiscais como "desconto de títulos" e sujeitas ao IOF/Crédito. Aguardando julgamento na esfera administrativa. O valor da exigência monta a R\$ 1.073 (não possuía exigência em 2018).

Notas Explicativas**PIS - ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Trata-se de Ação Rescisória ajuizada pela União Federal em face de decisão transitada em julgado na qual foi reconhecido o direito à Distribuidora ao não recolhimento da contribuição ao PIS nos períodos de julho de 1997 a dezembro de 1999 nos termos da EC 17/1997. O valor estimado da contingência corresponde a R\$ 1.927 (R\$ 1.895 em 2018).

b) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, as ações trabalhistas em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R\$ 8.960 (Nota 25.d). As ações trabalhistas classificadas como perda possível totalizavam R\$ 16.966 e não foram provisionadas.

c) Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, as ações cíveis em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R\$ 2.325 (Nota 25.d). As ações cíveis classificadas como perda possível totalizavam R\$ 4.769 e não foram provisionadas.

d) Movimentação das provisões constituídas:

	Banco e Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
No início do exercício	9.509	11.079	1.436	22.024
Constituição / (Reversão)	(8.003)	4.037	889	(3.077)
Baixa	-	(6.156)	-	(6.156)
No final do exercício	1.506	8.960	2.325	12.791
(a) vide Nota 25.c e (b) vide Nota 25.b		(b)	(a)	

26. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é representado por 218.359.057 ações nominativas (211.132.950 em 31 de dezembro de 2018) escriturais e sem valor nominal, sendo 109.496.432 ações ordinárias (106.634.935 em 31 de dezembro de 2018) e 108.862.625 ações preferenciais (104.498.015 em 31 de dezembro de 2018).

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram deliberadas pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Notas Explicativas

2019			
Período	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social	
28/06/2019	120.161	48.064	
20/12/2019	105.097	42.039	
Total - 2019	225.258	90.103	

2018			
Período	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social	
26/06/2018	108.002	48.601	
21/12/2018	112.445	50.600	
Total - 2018	220.447	99.201	

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Em 21 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 112.445, que representa um valor bruto de R\$ 0,5390 por ação ordinária e ação preferencial.

c) Aumento de capital

Em 13 de março de 2019, o Conselho de Administração deliberou o aumento de capital no valor de R\$ 95.579, correspondente a emissão de 7.226.107 novas ações, sendo 3.693.611 novas ações ordinárias e 3.532.496 novas ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro, homologado pelo Banco Central do Brasil em 12 de abril de 2019.

d) Destinação dos lucros

i) Reserva de lucros - Reserva legal

A constituição da reserva legal obrigatória de 5% sobre o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2019 apresenta o montante de R\$ 26.420 (R\$ 20.904 em 2018).

ii) Reserva de lucros - Equalização de dividendos

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, limitada a 80% do capital social, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas

iii) Reserva de lucros - Recompra de ações

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

Notas Explicativas

e) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 5.033.592 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R\$ 76.935 equivalente à 4.312.461 ações preferenciais (R\$ 35.569 equivalente à 2.514.535 em 31 de dezembro de 2018). O custo médio por ação recomprada em tesouraria é de R\$ 17.84.

Movimentações das ações em tesouraria:

	2019	2018
No início do exercício	2.514.535	3.169.156
Recompra	5.033.592	1.888.718
Ações outorgadas (Nota 22.c)	(3.235.666)	(2.543.339)
No final do exercício	4.312.461	2.514.535

f) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em 31 de dezembro de 2019, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

27. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2019 apurado com base no Conglomerado Prudencial é de 16,89% (17,16% em 31 de dezembro de 2018). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8,00% em 01 de janeiro de 2019 (8,63% até 31 de dezembro de 2018):

	2019	2018
Risco de crédito	2.166.739	2.011.029
Taxas de juros	61.805	80.079
Commodities	121.645	90.623
Ações	5.205	18
Risco operacional	167.918	139.469
Cambial	28.195	15.989
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	2.551.507	2.337.207
Patrimônio de Referência - PR	5.387.009	4.651.280
Excesso de patrimônio em relação ao limite	2.835.502	2.314.073
Conciliação Patrimônio Líquido		
Patrimônio Líquido	4.040.733	3.665.510
Letras Financeiras Subordinadas - Nível II	905.779	1.006.321
Letras Financeiras Perpétuas - Nível I	480.067	-
Outros Ajustes	(39.570)	(20.551)
Total Patrimônio de Referência x Patrimônio Líquido	5.387.009	4.651.280

Notas Explicativas

28. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possuía essa modalidade de acordo. O Banco não possuía ativos mitigados por acordo de compensação em 30 de dezembro de 2019 (R\$ 102.025 em 31 de dezembro de 2018).

29. Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre BRGAAP e IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes (líquido dos impostos) identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e o IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

		2019	2018
Patrimônio líquido em BRGAAP		4.040.733	3.665.510
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	19.317	44.948
Provisões sobre fianças	(a)	9.941	17.119
Outros ajustes		(2.409)	11.271
Patrimônio líquido em IFRS		4.067.582	3.738.848
Lucro líquido em BRGAAP		528.399	418.086
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	(25.630)	1.348
Provisões sobre fianças	(a)	(7.178)	4.218
Outros ajustes		1.803	(7.177)
Lucro líquido em IFRS		497.394	416.475

a) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes

Na adoção do IFRS 9 houve alteração no modelo de cálculo de perda incorrida (IAS 39) para perda esperada, considerando informações prospectivas. No BRGAAP, é utilizado o conceito de perda esperada de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores do Banco ABC Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como Banco e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, do Banco ABC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Abordagem de auditoria:

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8, em 31 de dezembro de 2019 o saldo bruto de operações de crédito, Banco e Consolidado, é de R\$ 17.199.333 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 428.093 mil, sendo que durante o ano de 2019 foi reconhecido, pelo Banco, despesa com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 80.637 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria:

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados mediante envio de cartas de confirmação, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Avaliação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados em mercado ativo

A avaliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados foi considerada uma área de foco em nossa auditoria em função da complexidade envolvida no processo de precificação, que é substancialmente baseado na utilização de julgamentos, estimativas e metodologias internas do Banco.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R\$ 3.300.797 mil. Com relação aos instrumentos financeiros derivativos não cotados, o saldo registrado é de R\$ 256.589 mil no ativo e de R\$ 226.089 mil no passivo as divulgações do Banco estão incluídas na nota explicativa 5.

Abordagem de auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento do processo, metodologia e premissas estabelecidos pela Administração para a precificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados; (ii) a validação dos controles chaves referentes ao registro dos títulos e processamento interno dos mesmos.

Adicionalmente realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência através da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes e/ou contratos firmados entre as partes; (ii) com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos testes de valorização e avaliamos as metodologias e premissas utilizadas por meio da comparação com modelos e fontes de mercado independentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a valorização dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentada como informação suplementar pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do Banco e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Como resultado de suas avaliações e diligências, o Comitê de Auditoria considera adequado o ambiente de controles interno da organização, e seus instrumentos de controle e administração de riscos, proporcionando a qualidade do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras e notas explicativas (consolidadas), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas editadas pelo Banco Central do Brasil e CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Desta forma, considerando o escopo das suas atribuições, a abrangência de atuação e suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco ABC Brasil S.A., referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O relatório completo do Comitê de Auditoria contendo o detalhamento do escopo dos seus trabalhos e diligências, estará disponível no site do Banco ABC Brasil S.A. (<https://ri.abcbrasil.com.br>) e à disposição dos interessados na seção "Governança Corporativa".

São Paulo, 05 de fevereiro de 2020.

O Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2020.

Anis Chacur Neto
Diretor Presidente

Sérgio Ricardo Borejo
Diretor Vice-Presidente Administrativo

Leila Maria de Carvalho Rocha
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. quanto às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2020.

Anis Chacur Neto
Diretor Presidente

Sérgio Ricardo Borejo
Diretor Vice-Presidente Administrativo

Leila Maria de Carvalho Rocha
Diretora